

FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. (AgRg no AREsp 237272/RS, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe de 24/09/2013) PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. PEQUENA PROPRIEDADE RURAL TRABALHADA PELA FAMÍLIA. IMPENHORABILIDADE.

1.- Conforme orientação pacífica desta Corte, é impenhorável o imóvel que se enquadra como pequena propriedade rural, indispensável à sobrevivência do agricultor e de sua família (artigo 4º, § 2º, Lei n.º 8.009/90).

2.- Agravo Regimental improvido. (AgRg no REsp n. 1.357.278/AL, Relator Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, DJe 7/5/2013.)

RECURSO ESPECIAL - ARTIGO 333, I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - PREQUESTIONAMENTO - AUSÊNCIA - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - PROPRIEDADE RURAL - CONCEITO - MÓDULO RURAL - IDENTIFICAÇÃO - NECESSIDADE - PEQUENA PROPRIEDADE RURAL UTILIZADA POR ENTIDADE FAMILIAR - IMPENHORABILIDADE - RECONHECIMENTO - RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO.

I - A questão relativa ao artigo 333, I, do Código de Processo Civil, relativo ao ônus da prova, não foi objeto de debate ou deliberação pelo Tribunal de origem, restando ausente, assim, o requisito do prequestionamento da matéria, o que atrai a incidência do enunciado 211 da Súmula desta Corte.

II - Para se saber se o imóvel possui as características para enquadramento na legislação protecionista é necessário ponderar as regras estabelecidas pela Lei n.º 8629/93 que, em seu artigo 4º, estabelece que a pequena propriedade rural é aquela cuja área tenha entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais. Identificação, na espécie.

III - Assim, o imóvel rural, identificado como pequena propriedade, utilizado para subsistência da família, é impenhorável. Precedentes desta eg. Terceira Turma.

IV - Recurso especial improvido. (REsp n. 1.284.708/PR, Relator Ministro MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/11/2011, DJe 9/12/2011.)

No caso em análise, à luz dos elementos de prova dos autos, o Tribunal de origem consignou o preenchimento dos requisitos necessários para considerar impenhorável a propriedade rural objeto da presente ação.

É o que se extrai do seguinte trecho do aresto recorrido (e-STJ fls. 216/217):

A questão está reduzida em definir se os imóveis penhorados, (fls. 482/495 dos autos principais), se enquadram ou não na definição de "pequena propriedade rural", protegida pelo manto da impenhorabilidade.

O módulo fiscal (medida variável para cada região) é a unidade que serve de parâmetro para classificação do imóvel rural quanto ao tamanho, para fins de cálculo do Imposto Territorial Rural.

A "pequena propriedade rural" é aquela que possui até 4 módulos fiscais e, conforme a Instrução Especial/INCRA/Nº 20, de 28 de maio de 1980, aprovada pela Portaria/ MA 146/80 - DOU 12/6/80, Seção I p. 11.606, para o município de Pardinho - SP cada módulo fiscal é composto por 24 Hectares (Ha). (fls. 46/55)

É incontroverso que as propriedades dos agravantes são menores que quatro módulos rurais. O imóvel denominado Fazenda Campos Elíseos é composto por duas pequenas propriedades rurais contíguas, que juntas totalizam a área de 86,87 alqueires, correspondente a 3,62 módulos rurais, ou seja, ambos estão dentro do limite legal estabelecido pela referida instrução normativa, sendo considerada pequena propriedade. Ainda, o imóvel rural é considerado propriedade familiar quando é direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorvendo toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração e, eventualmente, trabalhado com a ajuda de terceiros (Estatuto da Terra - Lei nº 4.504/64. artigo 4º, inciso II).

Os documentos acostados às fls. 112/117 e 119/120 demonstram que as propriedades são trabalhadas e exploradas economicamente pelos agravantes Francisco Martins Roder, Noemia Bernardes Roder e sua respectiva família.

Não bastasse, tal fato foi certificado pelo Sr. Oficial de Justiça na data de 07/04/2016, quando procedeu à avaliação da fazenda constrita: "trata-se de uma gleba de terras onde o executado exerce atividade agrícola, havendo, também, algumas casas onde o executado e seus pais residem, além de várias outras pequenas construções referente à atividade ali exercida". (fls. 115)

O art. 833 do CPC, em seu inciso VIII estabelece a impenhorabilidade do imóvel rural, nos termos definidos em lei, desde que explorada pela entidade familiar.

Ainda, o art. 5º XXVI da Constituição Federal também estabelece que a pequena propriedade rural, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, o que se encaixa à hipótese *sub judice*.

Dessa forma, além de o aresto recorrido estar em conformidade com a jurisprudência firmada por esta Corte sobre a matéria – o que atrai a incidência do óbice contido na Súmula n. 83/STJ –, para infirmar as conclusões a que chegou o Tribunal *a quo* acerca da impenhorabilidade do imóvel rural, seria necessário o reexame das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor da Súmula n. 7/STJ. A propósito:

PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PEQUENA PROPRIEDADE RURAL. FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAL E LEGAL. AUSÊNCIA DE INTERPOSIÇÃO SIMULTÂNEA DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SÚMULA 126/STJ. CARACTERIZAÇÃO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 7/STJ. GARANTIA HIPOTECÁRIA. CÉDULA RURAL PIGNORATÍCIA E HIPOTECÁRIA. FINANCIAMENTO DA ATIVIDADE PRODUTIVA. IMPENHORABILIDADE. ARTS. 649, INCISO VIII, DO CPC DE 1973, E 5º, INCISO XXVI, DA CF/88. PROVIMENTO.

1. É inviável o recurso especial se a parte deixa de impugnar, pela via processual adequada, fundamento constitucional do acórdão recorrido (Súmula 126 do STJ).
2. Recurso especial cuja pretensão demanda reexame de matéria fática da lide, o que encontra óbice na Súmula 7 do STJ.
3. A pequena propriedade rural, trabalhada pela família, é impenhorável, ainda que dada pelos proprietários em garantia hipotecária para financiamento da atividade produtiva. Artigos 649, inciso VIII, do Código de Processo Civil anterior, e 5º, inciso XXVI, da Constituição Federal.
4. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp n. 1.176.108/PR, Relatora Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 18/9/2018, DJe 25/9/2018.)

Diante do exposto, NEGOU PROVIMENTO ao agravo.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 22 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA

Relator